

A produção de conhecimento histórico sobre os bens de Patrimônio Cultural Imaterial: apontamentos para um debate.

LUANA SONCINI*

Apresentação

Este artigo pretende contribuir para o debate acerca do papel da história, como disciplina, no reconhecimento dos bens culturais no âmbito da política de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI). Tendo em vista os limites desta comunicação, optou-se por analisar um caso que explicita suficientemente a problemática a ser discutida, o reconhecimento do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*¹, utilizando como fonte o *Dossiê*² produzido no âmbito deste processo de Registro. No entanto, é importante ressaltar que as conclusões advindas desta análise não objetivam conduzir a uma generalização acerca das práticas da política de PCI como um todo, até porque os registros e documentos produzidos no Brasil a partir de então guardam variações quanto ao formato e conteúdo. O objetivo é, portanto, suscitar a discussão, considerada relevante no âmbito desta política e especialmente do Simpósio do qual esta reflexão faz parte, sobre a responsabilidade do historiador nos processos de reconhecimento de bens culturais imateriais.

Assim, inicia-se buscando uma breve definição sobre objetivos e concepções que

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), com o projeto de pesquisa “Política de Patrimônio Cultural Imaterial na América Latina: análise das práticas de identificação e registro no Brasil e no México”. Agência financiadora: Capes.

¹ Trata-se do primeiro Registro de Patrimônio Imaterial realizado no Brasil, em 2002. Nele são descritos o processo de produção, as matérias-primas e instrumentos utilizados na fabricação das panelas, sua história, o território onde se pratica, bem como o processo de Registro.

² O Dossiê é um documento produzido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que sintetiza e congrega informações acerca do processo legal de registro, constituindo um relatório contendo informações sobre o bem registrado, registros audiovisuais, bem como o parecer técnico constante do processo. Apesar de sintético, o Dossiê é considerado documento importante, pois nele se opera a seleção das principais informações contidas no processo. Neste caso, trata-se do documento *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. Dossiê nº 3 – Brasília, DF: Iphan, 2006, utilizado como fonte neste artigo. Doravante, para facilitar a leitura, o documento será citado como “Dossiê 3”.

norteiam o reconhecimento dos bens culturais imateriais no Brasil, e em seguida analisa-se o documento referido, a fim de identificar a noção de História implícita neste e sua relação com o objetivo da política de PCI.

Considerações sobre a política de PCI

A política de Patrimônio Cultural Imaterial trata do reconhecimento de bens culturais considerados constitutivos da cultura de um grupo definido historicamente, que residem essencialmente nos sujeitos portadores dos bens em questão, do que resultaria sua imaterialidade³. Esta definição já teria sido ressaltada em estudos desenvolvidos pela UNESCO entre 1995 e 1999, por motivo de avaliação da *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (UNESCO, 1989), documento anterior à *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003), onde foi definido que o valor destes bens culturais residiria primordialmente nos seus produtores e não nos produtos. (AIKAWA, 2004:143). Assim, uma característica importante do PCI é a centralidade conferida a estes sujeitos. Isto se justifica, em linhas gerais, por serem eles considerados os responsáveis por conferirem sentido a estas manifestações culturais, e pela sua manutenção até o presente, elementos fundamentais para o próprio reconhecimento como PCI⁴.

³ A adjetivação *imaterial* ainda é objeto de discussão entre os Estados Parte da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). Discute-se a dicotomia exposta no termo imaterial em relação ao patrimônio material. Em linhas gerais, argumenta-se que a definição patrimônio material indicaria inerência do valor conferido ao objeto, questionada como sendo fruto de valoração subjetiva, relativa aos valores e identidade de determinados grupos sociais que o reconhecem como patrimônio, tal como o patrimônio imaterial. As definições patrimônio intangível e patrimônio vivo, buscam minimizar esta dicotomia, considerando a intangibilidade ou a existência contemporânea e dinâmica do patrimônio como melhor diferenciação em relação ao patrimônio reconhecido até então. Parte desta discussão se encontra descrita em MUNJERI, Dawson, *Patrimônio Material e Imaterial : de la Diferencia a la Convergencia*. UNESCO Museum International Intangible Heritage. [S.l.] n.º 221/222, p. 13-21, Maio 2004, e também em GUANCHE, Jesús. *El patrimonio cultural vivo y su protección*. Biblioteca Digital del CRESPIAL, 2009, que, ao contrário, argumenta no sentido de questionar a imaterialidade dos bens definidos como tal. Portanto, não há consenso internacional quanto a esta definição, embora seja adotada no Brasil e tenha sido assim fixada na Convenção de 2003. No que interessa para esse artigo, no entanto, variações conceituais entre patrimônio intangível e patrimônio vivo acabam por corroborar com a noção de que a importância do bem cultural residiria nos produtores/portadores deste, e não nos produtos e manifestações culturais em si.

⁴ Na medida em que, para ser reconhecido como PCI, o bem cultural deve ser contemporâneo, ou seja, praticado no presente, e deve ser representativo para o próprio grupo que solicita o reconhecimento.

Esta noção se evidencia em importantes publicações do IPHAN a respeito da salvaguarda⁵ de tais bens, como em *A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: 1936 – 2006*, onde define que “A reprodução e a continuidade dos bens culturais vivos dependem de seus produtores e detentores. Por isso, eles devem sempre ser participantes ativos do processo de identificação, reconhecimento e apoio”. (IPHAN, 2006:20) Assim, na medida em que o grupo foi historicamente responsável pela existência do bem cultural, ele é ator fundamental para a identificação deste, ou seja, para a produção de conhecimento sobre ele, que ora se realiza por meio do reconhecimento como PCI. Conseqüentemente, deve ser também protagonista no processo de salvaguarda, constituindo o elo entre os tempos passado e futuro, como ressalta a publicação:

Importante lembrar: esses planos (de salvaguarda) devem valorizar os modos de expressão e organização próprios das comunidades envolvidas. Afinal de contas é essa valorização que garante a sustentação dos mecanismos e instrumentos locais de transmissão e a continuidade dessas manifestações culturais. (idem, p. 25)

Nesse sentido, tal política pública cultural se insere num contexto de debates em torno da idéia de desenvolvimento e democratização da cultura, como observa Castro:

Não se trata mais de garantir o acesso a recursos, informações e instrumentos culturais às diferentes camadas e grupos sociais com base em visões homogêneas e etnocêntricas de desenvolvimento, mas de favorecer não só processos de desenvolvimento que integram as diferentes camadas e grupos sociais, como também produtores de expressões culturais que importa a todos conhecer e valorizar. A noção de patrimônio cultural imaterial é um sensível instrumento nessa direção. (CASTRO, 2008:13)

Assim, confronta políticas de difusão cultural que, por sua vez, conceberiam a democratização da cultura como a ampliação de acesso a bens culturais, que seriam previamente selecionados sem a participação dos grupos aos quais se destinariam as

⁵ Apenas para situar este conceito, o documento que institui o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), define: “Salvaguardar um Bem Cultural de natureza Imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável. É atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência.”

ações. Como afirma Castro, a noção de patrimônio imaterial tem potencial para ser um instrumento de revisão deste tipo de postura, na medida em que valoriza a troca cultural, o que implica em uma relação simétrica, a partir do reconhecimento de tais grupos sociais como produtores de expressão cultural. Isso significa, nos termos da discussão aqui proposta, reconhecê-los como sujeitos históricos protagonistas na elaboração de expressões culturais constitutivas de sua identidade e cultura.

Diante de tais considerações entende-se, primeiramente, que a construção de conhecimento histórico sobre os bens culturais reconhecidos é importante para a execução da política de Patrimônio Imaterial. Isso decorre da noção de processo inscrita nos bens culturais imateriais, do dinamismo que os caracteriza enquanto tais, como afirma Morales

“El patrimonio cultural inmaterial se constituye a través de un conjunto de procesos y prácticas que se transmiten y enriquecen de generación en generación. Por ende su existencia actual es producto de un conjunto de variaciones y aprendizajes en el tiempo y el espacio de cada generación”
(2008: 03).

Além disso, reconhecendo o caráter fortemente participativo desta política como elemento central para a salvaguarda dos bens, emerge a questão sobre como a história, enquanto área de conhecimento, pode contribuir para a objetivação deste caráter. Para isso, será analisado o Dossiê do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, especificamente no que concerne à concepção de processo histórico inscrita neste documento, a fim de suscitar, a partir deste caso, a discussão sobre a responsabilidade da disciplina histórica quanto aos objetivos desta política pública cultural.

A concepção histórica no reconhecimento do bem *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*

O documento sujeito a esta análise está dividido em nove partes, das quais três apresentam elementos que denotam a concepção histórica adotada neste processo de reconhecimento, sendo elas: a *Introdução*, seguida da segunda parte *História e Pré-história*, composta de apenas um tópico nomeado *A herança das Paneleiras*, e a terceira

parte *O território do Ofício*, com destaque para primeiro tópico *A ocupação urbana da área*.

A partir desta divisão se percebe que há uma parte do estudo especialmente destinada à história do ofício, que se ocupa primordialmente de apresentar a origem deste, através da identificação dos resquícios do passado que denotam a existência ancestral dos artefatos relacionados. Desta forma, se caracteriza a *Herança das paneliras*, ou seja, o que lhes foi legado deste passado distante, que seria, então, o lugar da História.

Já na Introdução do Dossiê trata-se de fixar o caráter original do conhecimento das paneliras, “A técnica cerâmica utilizada é de origem indígena, caracterizada por modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino.” (Dossiê 3, p. 13). Aqui se definem as características que conferem originalidade à técnica, que se diferencia da produção cerâmica usual – feita com torno para modelagem e queima em fornos específicos – e a partir destas características se deduz sua origem indígena. Isto se reitera em outros trechos, “O processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos.” (Dossiê 3, p. 15). Disso resulta que o saber local em questão é identificado, nas suas características essenciais, como anterior ao século XVI. Evidentemente, remeter a tal ancestralidade objetiva não só informar sua origem, como conferir-lhe valor social, como elemento de legitimação deste saber como patrimônio. Até aqui podemos perceber a centralidade do próprio ofício para sua valorização, na medida em que é a partir da forma como as paneliras produzem as panelas atualmente que se reconhecem os elementos identificados como indígenas, ou seja, a produção atual é a fonte privilegiada desta afirmação. A essa fonte, se cruzam conhecimentos produzidos por informações arqueológicas, recurso ao saber científico a respeito: “A técnica cerâmica utilizada é reconhecida por estudos arqueológicos como legado cultural Tupi-guarani e Una, com maior número de elementos identificados com os desse último.” (idem, *ibidem*). Além disso, é utilizado, para atestar a antiguidade de tal produção, também um documento histórico escrito:

“O naturalista Saint-Hilaire visitou a região em 1815 e fez a primeira referência a essas panelas, descritas como 'caldeira de terracota, de orla muito baixa e fundo muito raso', utilizadas para torrar farinha e fabricadas 'num lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo'. Goiabeiras é, portanto, o lugar onde esse ofício de fabricar panelas ocorre por tradição”. (Dossiê 3, p. 15)

Assim, o conhecimento sobre o histórico remoto (ou “a origem”) da manifestação cultural em questão é atestado pela semelhança entre o fazer atual e os dados obtidos a partir de fontes arqueológicas e históricas. As paneleiras, como produtoras destes bens culturais, não são fonte direta de informação acerca da antiguidade deste conhecimento, ou seja, não se sabe, ou não é destacado no Dossiê 3 como algo relevante, a *quando* e a *quem* as paneleiras remontam a origem de seu saber, nem tampouco se este é um dado importante para elas.

Não se pretende aqui questionar o rigor da análise ou a validade de tais vestígios históricos como fonte. No entanto, o que é importante considerar é que há pouca variação em relação a um estudo histórico de uma manifestação cultural pretérita. Em outras palavras, não se valoriza neste estudo o fato de que a manifestação cultural referida é contemporânea, e que possui um grupo de praticantes, o que, ao mesmo tempo, constitui o próprio motivo pelo qual este ofício é reconhecido como patrimônio imaterial. Imaginando que algum relato histórico tivesse descrito a técnica, por meio de uma observação externa “modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino”, se teriam igualmente as evidências reunidas neste Dossiê 3 para identificar a ancestralidade deste bem, cuja singularidade que o destaca como patrimônio imaterial é, justamente, o fato de ele existir atualmente.

O documento sugere ainda, no trecho conclusivo da parte *História e Pré-História*, como elo entre este passado distante e a existência atual do ofício que,

O consumo permanente e reiterado das moquecas e da torta da Semana Santa, valorizado pelos capixabas como uma referência na formação de sua identidade cultural, é provavelmente uma das principais razões da continuidade histórica da fabricação artesanal das panelas de barro, apesar das notáveis transformações urbanas ocorridas. (Dossiê 3, p. 17)

Ou seja, as paneleiras como grupo cultural portador deste conhecimento parecem não ter uma significativa participação na relação entre este passado distante e o presente, reiterando a noção de que algo lhes foi legado pelo passado, a “Herança das Paneleiras”. Passada esta parte nomeadamente voltada para a descrição histórica do bem cultural em questão, o Dossiê 3 se volta para o histórico recente do ofício, e descreve

Apesar da urbanização e do adensamento populacional que envolveu o bairro de Goiabeiras, fazer panelas de barro continua sendo um ofício familiar, doméstico e profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha. (Dossiê 3, p. 13, grifos nossos)

Neste trecho, o Dossiê 3 afirma que foram mantidos, num contexto de desenvolvimento urbano, a produção artesanal das panelas de barro, as relações de produção vinculadas a relações de parentesco, e um “modo de ser” da comunidade. Entre as adversidades implícitas no *apesar* e a manutenção inscrita no *continua*, reside uma das principais questões para o estudo histórico no âmbito desta política de proteção. Isto porque, compreender o processo historicamente recente de manutenção desta tradição poderia, potencialmente, informar os mecanismos específicos que permitiram que ela tivesse continuidade, principalmente no que diz respeito à realidade local e à intencionalidade das paneleiras em mantê-la, elementos já identificados como fundamentais para a salvaguarda. Assim, intenta-se a partir daqui analisar o que o Dossiê 3 identifica como permanências e mudanças relevantes para a reiteração deste bem cultural, buscando entender como foi entendido o papel das paneleiras neste processo.

Como afirma o documento, o bem cultural em questão está intimamente relacionado com o lugar onde é praticado⁶, que é o mesmo onde residem as paneleiras. Ali se fabricam as panelas, juntamente com as demais atividades desenvolvidas por suas praticantes.

Até então (década de 60), o manguezal nativo era a principal fonte de alimentação – pescado e coleta de ostras e caranguejos – e o caminho de acesso dos moradores de Goiabeiras ao trabalho e ao mercado. Para as paneleiras, também significava o provimento da casca de mangue-vermelho e

⁶ “O ofício das paneleiras é uma atividade econômica culturalmente enraizada na localidade conhecida como Goiabeiras Velha, situada na parte continental norte do Município de Vitória, à beira do canal que banha o manguezal e circunda a Ilha”. (Dossiê 3, p. 19).

o caminho até o barreiro – como elas chamam a jazida de barro situada no Vale do Mulembá –, onde se chegava de canoa pelos braços de mar que margeiam o manguezal, depois de vencido um pequeno trecho a pé. (Dossiê 3, p. 20, grifos nossos)

Desta relação descrita, alguns aspectos podem ser apontados como permanências. O meio é, histórica e atualmente, fonte de alimentação “A Rua e o Galpão das Paneleiras dão acesso ao manguezal, que continua sendo fonte de pescado, de caranguejo e mariscos para os moradores da localidade”. (Dossiê 3, p. 23) e de acesso⁷ às matérias-primas relativas ao bem cultural,

As matérias-primas tradicionalmente empregadas no processo de produção das panelas são provenientes do meio natural. A argila é tirada de barreiro situado no Vale do Mulembá, na Ilha de Vitória, e a casca de mangue-vermelho, da qual é feita a tintura de tanino, é coletada diretamente do manguezal (...). Da mesma forma, dois dos principais instrumentos do ofício – a cuia e a vassourinha de muxinga – são feitos a partir de espécies vegetais encontradas na região. (idem, p. 31)

Mas, apesar desta permanência, o Dossiê 3 identifica mudanças, “Apesar das transformações, a relação da comunidade de Goiabeiras com o manguezal se preservou, em alguma medida (...)” (idem, p. 20). O questionamento sobre o processo histórico se mantém, ou seja, como se deu esta preservação, quais foram as adaptações necessárias, quais as dificuldades superadas pelas paneleiras, quais os incentivos para a continuidade da produção, enfim, quais os mecanismos de sua reiteração. A narrativa das transformações recentes inicia-se por volta da década de 1960, quando a marginalidade física da localidade de Goiabeiras em relação ao processo de urbanização da capital começou a ser modificada.

O antigo distrito de Goiabeiras esteve relativamente fora do processo de urbanização da capital até o final da década de 1960, quando foram implantados o campus da Universidade Federal do Espírito Santo, o primeiro conjunto habitacional do então Banco Nacional de Habitação – BNH e as correspondentes vias de acesso. Foi também dessa época a

⁷ O acesso, neste caso, não se refere ao caminho, que, para chegar ao barreiro “passou a ser feito pela Ponte da Passagem e pela rodovia perimetral da Ilha” (Dossiê, p. 20), mas sim à fonte de coleta das matérias-primas.

*ampliação do Aeroporto de Goiabeiras, seguida da instalação dos grandes empreendimentos da indústria siderúrgica na Ponta do Tubarão. Alcançado e seccionado por novas avenidas, o distrito se subdividiu em bairros que foram sendo ocupados rapidamente, conquistando terreno através de aterros e desmatamentos, o que produziu alterações significativas nas relações dos antigos ocupantes com o seu meio ambiente*⁸. (Dossiê 3, p. 19)

O distrito foi alcançado e seccionado, se subdividiu, foi sendo ocupado, conquistou terreno, foi desmatado. Alterações foram produzidas nas relações dos antigos ocupantes – dentre os quais as paneleiras – com o meio ambiente, por meio de ações de um sujeito não identificado. A descrição passiva do processo não dá conta, ainda, de identificar a posição das paneleiras frente às adversidades descritas.

Em outro trecho evidencia-se um pouco mais da interpretação constante do Dossiê 3 acerca das condições de manutenção da tradição. A localidade teria sido “confinada”, entre uma via expressa e o manguezal, por motivo do “grande projeto de modernização urbana da capital” (anos 70), “resguardando-a como reduto de ocupação antiga, de configuração familiar, onde reside a maioria das famílias de paneleiras”. (idem, p.19) Além de não ficar claro se foram produzidas “alterações significativas” com o meio ou se a ocupação foi “resguardada”, este último trecho decorre a manutenção desta tradição de um isolamento físico e, portanto, social e cultural, em relação à cidade. As adversidades, implícitas em tantos “apesares”, estão ocultas, e com elas, os mecanismos de sobrevivência criados pelas paneleiras, o que possivelmente incluiria a manutenção do ofício ora reconhecido como PCI. No Dossiê consta ainda um novo processo histórico, datado dos anos 80, “a indústria turística consagrou a panela de barro por meio de campanhas publicitárias, associando sua imagem à da moqueca e da torta capixabas, num processo que acabou por transformá-la em ícone da cultura regional.” (Dossiê 3, p. 13) O processo que vai do confinamento ao ícone cultural não é descrito. Com isso, sua história ainda permanece confinada ao bairro de Goiabeiras.

O momento em que o Dossiê relata a participação ativa das paneleiras na manutenção de seu ofício é o da fundação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), em

⁸ No Dossiê, a única alteração descrita no item correspondente a este trecho selecionado é a referida na nota 7, acima.

1987, quando “por iniciativa de liderança política local e com o apoio da Prefeitura Municipal, cinco paneleiras fundaram a APG, entidade constituída para proteger a categoria na defesa de seus interesses e das condições objetivas de permanência do ofício”. (Dossiê 3, p. 27). A associação foi criada no momento em que, na área da jazida de barro, pertencente ao Estado, foi projetada a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) (Dossiê 3, p. 27). “Como grupo de ofício, uma das principais bandeiras de luta das Paneleiras de Goiabeiras tem sido o direito de acesso à fonte de matéria-prima, condição básica para a continuidade da sua produção artesanal e sobrevivência econômica das suas famílias.” (idem, p. 27). É neste contexto que as paneleiras saem, ativamente, da condição de marginalidade em relação à *cidade* – entendida aqui como centro político e como espaço físico – na medida em que o território, ocupado até então em suas atividades, passa a ser disputado politicamente com este centro.

Aqui transparece a dificuldade de apreensão da realidade local, da história do bem cultural reconhecido. A fundação de uma associação é o momento em que a estratégia de sobrevivência das paneleiras relativamente ao seu ofício ultrapassa o âmbito local e informal, características fundamentais da própria constituição do bem cultural, e é apenas neste aspecto que transparece o esforço e a intencionalidade deste grupo na manutenção da prática. Assim, o processo histórico descrito não se aprofunda na identificação dos mecanismos de transmissão e valorização do ofício pelo grupo, o que teria resultado na sua existência atual, e que poderia contribuir para sua salvaguarda. É importante ressaltar que esta análise não pretende desqualificar o trabalho de apoio que vem sendo realizado junto ao grupo neste caso específico, que não foi objeto desta comunicação, mas sim, propor uma reflexão sobre a validade e importância do conhecimento histórico para este novo tipo patrimônio cultural.

Neste caso analisado, portanto, percebe-se que a função do conhecimento histórico foi conferir legitimidade ao bem, seja a partir da identificação de sua origem e autenticidade, como consta do item *História e Pré-história*, seja por meio da minimização das transformações históricas do ofício, através da reiteração da idéia de que, apesar de tantos pesares, o bem cultural se mantém. No entanto, ambos os recursos, embora contribuam para certa atribuição de valor ao bem, impõem um afastamento dos

portadores deste. Isto porque tais portadores não necessariamente remetem seu conhecimento às origens seculares identificadas, e, ao mesmo tempo, são atores das transformações ocorridas no “fazer-se da história”⁹.

Retomando os objetivos desta política de proteção, que mais do que garantir a imutabilidade do bem, prevêem salvaguardar sua continuidade através do apoio aos seus portadores e do reconhecimento de sua importância, fica o questionamento sobre quais as contribuições da produção de conhecimento histórico em relação a esta definição. O reconhecimento do PCI pode ter como central a valorização do processo histórico que constitui tais bens, ou, ao contrário, pode relegar a história a conhecimento lateral.

Fonte: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. – Brasília, DF: Iphan, 2006. (Dossiê Iphan 3)

Referencias bibliográficas:

AIKAWA, Noriko. Visión Histórica de la Preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. UNESCO *Museum International Intangible Heritage*. [S.l.] n.º 221/222, p. 140-153, Maio 2004.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. FONSECA, Maria Cecilia Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

GUANCHE, Jesús. *El patrimonio cultural vivo y su protección*. Biblioteca Digital del CRESPIAL, 2009, Disponível em <http://biblioteca.crespial.org>. Acesso em 08 de fev. 2010.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. 2000. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acesso em 20/06/2009.

_____. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 1936/2006*. Brasília : Departamento do Patrimônio Imaterial, 2006.

MORALES, Lorena Liliam Monsalve. *Patrimonio cultural inmaterial y su salvaguardia:*

⁹ Referência à expressão resultante da tradução da obra *The Making of the English Working Class*, de E. P. Thompson, *A formação da Classe Operária Inglesa* (1987). Obviamente não se trata do mesmo tipo de processo histórico estudado por Thompson, o fenômeno de formação da classe operária, mas certamente algumas das premissas do autor sobre a produção de conhecimento histórico informam o questionamento aqui desenvolvido, como a centralidade da ação humana, implícita na expressão “fazer-se”.

apuntes sobre su tratamiento en América Latina. *Boletín Gestión Cultural* [online], n.º 17 Gestión del Patrimonio Inmaterial, 2008 Disponível em: <http://www.gestioncultural.org/gc/boletin/2008/bgc17-patrimonioinmaterial.htm>. Acesso em 10 de jul de 2009.

MUNJERI, Dawson, Patrimonio Material e Inmaterial: de la Diferencia a la Convergencia. UNESCO *Museum International Intangible Heritage*. [S.l.] n.º 221/222, p. 13-21, Maio 2004,

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.